



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORAS VEREADORAS;
SENHORES VEREADORES:

REQUERIMENTO	APR. 18
20.ª SESSÃO	
DATA 19/06/18	
PRESIDENTE	

[Handwritten signature over the stamp]

Requerimento N.º

228/18

Vivemos em uma época em que o verbo compartilhar é uma das palavras mais usadas.

E esse termo também vem transformando a maneira de se fazer negócio em todo o mundo. É o caso, por exemplo, das empresas de economia colaborativa.

As empresas colaborativas facilitam o compartilhamento e a troca de serviços e objetos, prova disso são empresas como Uber, Airbnb, Waze, OLX e tantas outras.

Aqui no Brasil um exemplo clássico de economia colaborativa é o consórcio.

Nele, os participantes pagam um valor mensal para serem contemplados com a carta de crédito necessária para adquirir um bem buscado conjuntamente entre eles.

O mercado vêm mudando com força e as empresas devem repensar seus modelos de negócios e incorporar um ou mais modelos colaborativos como: "Prestar Serviços", "Fomentar Mercados" ou "Prover novas Plataformas Digitais".



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo*

Praia Grande, não, possui grandes empresas na área industrial, então porque não atrair empresas que tenham na economia colaborativa a sua razão de ser.

Esta é a hora de Praia Grande se tornar uma cidade onde empresas de economia colaborativa possam se instalar, gerando assim emprego e renda para os municíipes.

Dante do exposto **requeiro**, a mesa ouvido o colendo plenário e satisfeita todas as formalidades regimentais, que seja enviado oficio ao Exmo. Sr. Prefeito Alberto Pereira Mourão com os seguintes questionamentos:

- 1.) Existe por parte da secretaria competente algum estudo para incentivar a instalação de empresas de economia colaborativa em nossa Cidade?

- 2.) Se positivo, em fase se encontra esse estudo?

- 3.) Se negativo, porque não viabilizar tal estudo?



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Praia Grande, 19 de Junho de 2018.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi

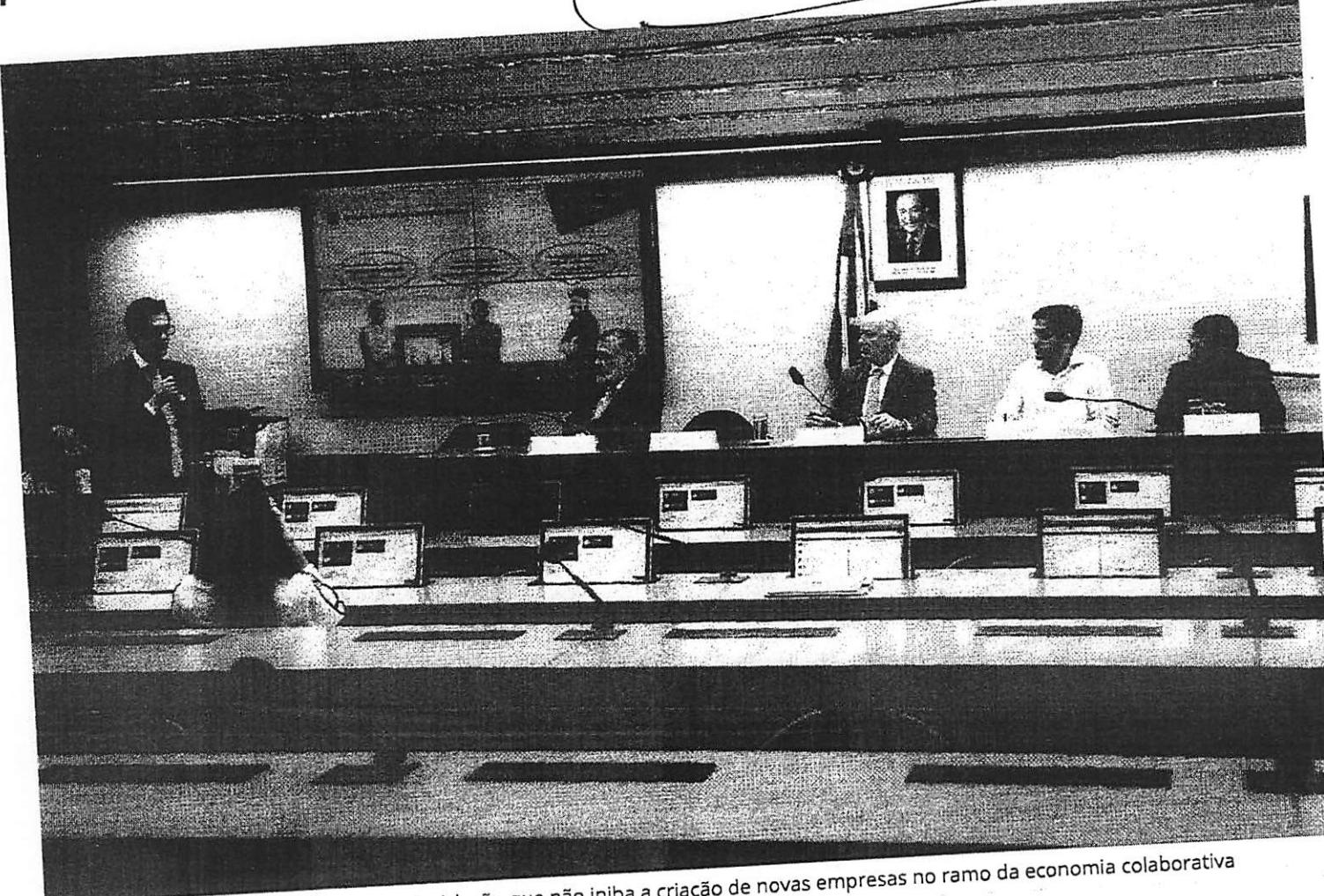

Roberto Andrade e Silva
Betinho
Vereador

11/04/2018 - 19h28

Empreendedores pedem legislação mais permissiva para plataformas digitais

ESFERA MUNICIPAL

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



Jovens empreendedores pediram uma legislação que não iniba a criação de novas empresas no ramo da economia colaborativa

Em audiência na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (11), jovens empreendedores de diversos ramos de atividades econômicas pediram a formulação de uma legislação mais permissiva, que não iniba a criação de novas empresas que têm como foco a intermediação de serviços por meio de plataformas digitais em aplicativos nos celulares.

Eduardo Orlando L'Hotellier, diretor do aplicativo GetNinjas, que oferece mais de 200 tipos de serviços - como pintores, encanadores e diaristas - defendeu uma regulamentação mais abrangente, durante audiência da Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa.

"Eu acredito que uma regulamentação que seja mais permissiva, que permita a liberdade entre as partes de estarem negociando, de estarem achando um meio comum, será a melhor regulamentação tanto para clientes que terão acesso às plataformas, que talvez alguma regulamentação poderia matar ou diminuir a sua abrangência - quanto para os profissionais que estão gerando renda, melhorando a sua vida", disse.

Segurança jurídica

Presidente da comissão especial, o deputado Herculano Passos (PMDB-SP) concorda que é esse o objetivo do colegiado. "Essa comissão foi constituída justamente para essa finalidade, fazer com que a gente saia com uma regulamentação para que toda a economia colaborativa tenha uma segurança jurídica, que saia uma legislação que apoie, não iniba novas plataformas que virão e regulamente essas que já existem, dando oportunidades para todos, disse.

Eduardo Baer, fundador do aplicativo DogHero, que permite que particulares hospedem cães para os donos que vão viajar e não têm com quem deixar seus pets, destacou a importância da comissão que está

uma legislação que de fato funcione, e seja a favor da inovação, a favor do empreendedorismo, a favor da geração de riquezas e de oportunidades para os brasileiros", afirmou Baer.

A comissão especial já teve duas audiências, quando foram discutidos os aplicativos de hospedagem e os de transportes. O colegiado vai se reunir novamente na próxima quarta-feira (18) para votar requerimentos. E, no dia 25 de abril, terá uma nova audiência pública, desta vez para discutir os aplicativos que possibilitam a locação de equipamentos diversos.

Reportagem - Newton Araújo

Edição - Roberto Seabra

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

- Câmara Notícias
Expediente

Preservar inovação é o desafio da Comissão do Marco Regulatório da Economia Colaborativa, diz deputado

Em audiência pública sobre o tema, maior concorrência e liberdade de preços foram ressaltadas como algumas das melhorias proporcionadas pela economia colaborativa

Clique para ativar o plug-in Adobe Flash Player

 Baixar áudio

A Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa, da Câmara dos Deputados, tem como desafio fazer uma legislação que não iniba a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias nem as relações entre consumidores e fornecedores de serviços intermediadas pelas plataformas digitais.

Essa é a avaliação do presidente da comissão, deputado Herculano Passos, do PMDB de São Paulo. Ele presidiu esta terça-feira (24) a quarta audiência pública do colegiado:

"A inovação está muito à frente da legislação, e a gente está preocupado com isso. Por isso, nós temos que ter muita cautela, muita calma para preparar uma legislação adequada para que normalize todas essas questões dessas plataformas digitais, desse mundo moderno em que vivemos e, também, dentro dessa legislação, a gente não iniba a criação, o nascimento de novos serviços."

Para o diretor da Proteste, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Henrique Lian, antes mesmo de definir um marco regulatório do setor, é preciso uma lei que defina princípios gerais para a proteção dos dados que os consumidores constantemente deixam registrados online:

"Se tivéssemos já um marco regulatório da economia colaborativa, diversas questões de natureza trabalhista, civil, tributária seriam clarificadas a partir desse marco regulatório. Porém, nós entendemos que tão importante até anterior a um marco regulatório de uma economia colaborativa, nós carecemos de uma lei geral e principiológica de proteção de dados capaz de tipificar, proteger e repartir benefícios."

Guilherme Resende, economista-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça, ressaltou que os novos aplicativos de transporte individual, como o Uber, aumentaram a concorrência entre os diversos tipos de transporte e baixaram os preços das corridas de táxis. Ele defende uma desregulamentação dos setores tradicionais afetados pelas novas tecnologias:

"Em relação às tarifas de táxis, elas também serem livres, nos aplicativos, aventou-se essa possibilidade, não estou dizendo que tem de ser essa. Eu acho que caminhar numa desregulamentação de setores tradicionais, acho que vai nesse sentido de tentar entender o que as inovações trouxeram, o que essas novas plataformas beneficiaram, que têm beneficiado os consumidores e adaptar a legislação antiga."

A próxima audiência da Comissão do Marco Regulatório da Economia Colaborativa está marcada para a segunda semana de maio. O deputado Herculano Passos acredita que o relatório final da comissão estará disponível antes das eleições deste ano, em outubro.

Reportagem - Newton Araújo